

“Moratória unilateral embute recessão e retrocesso econômico”

por Ângela Bittencourt
de São Paulo

Os países latino-americanos precisam adotar um critério mínimo de negociação com os bancos credores. É possível negociar e pagar parte dos juros. O que estes países não podem é colocar em risco a conquista democrática e, também, deixar de melhorar o nível de vida de seus povos. A moratória unilateral deve ser vista como uma bandeira de defesa à soberania e dignidade nacional e até utilizada com vistas à obtenção de acordos mais razoáveis de reescalonamento das dívidas. No entanto, os países devedores não podem esquecer que a adoção da moratória unilateral — em vez da suspensão de pagamento negociada — implicaria, seguramente, efeitos recessivos e de acentuado retrocesso econômico.

Esta é a opinião do economista Jorge Notaro, representante do Uruguai na Conferência Internacional sobre Dívida Externa dos Países em Desenvolvimento, promovida pela Associação Brasileira de Juristas Democratas e pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), que reúne especialistas em finanças de vários países.

Notaro, membro do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre el Desarrollo, considera que os países devedores não devem ter como objetivo o não pagamento da dívida. Deve-se buscar, contudo, meios de acertar as contas com os credores sem promover estado de recessão interna. Notaro pondera que, quando os países devedores se submetem às condicionalidades do Fundo Monetário Internacional (FMI) e adotam propostas articuladas para reestruturar as economias dentro dos parâmetros do Fundo, o efeito é recessivo, na medida em que estas condicionalidades envolvem reajustes para controlar demanda interna, salários e ajustar importações.

“CORTAR GASTOS”

O economista uruguaio acredita, porém, que esta não é a única saída para os países credores. “O único caminho não é reduzir salários reais. Por que não reduzir as altas taxas de juro, os gastos públicos e o ganho dos oligopólios e facilitar a concessão de crédito para as empresas nacionais?”

Notaro pondera que a dívida dos países latino-americanos continua crescendo e que isto implica conivência dos credores, ponto que não deve ser desprezado no contexto das negociações para os pagamentos dos juros. Segundo ele, em 1985 a dívida dos latinos somava cerca de US\$ 388 bilhões, tornando-se impagável.

Para o economista, é importante que os governos tenham a preocupação de negociar com os credores trocando papéis por papéis e discutindo qual a parte dos juros que será efetivamente paga. O principal das dívidas não deve sequer ser discutido, uma vez que elas crescem com o respaldo dos próprios bancos.

Notaro lembra que entre os dez maiores bancos norte-americanos credores dos países latinos, nove deles têm atividade maior que a anterior (antes da crise da dívida no início da década de 80). “Isto significa que com a recessão dos devedores só se aumentou a rentabilidade dos bancos credores”.

MORATÓRIA

Embora Notaro não descarte a necessidade de alguns países acabarem suspendendo o pagamento dos juros por total incapacidade de fazê-lo, ele reforça que esta solução unilateral geraria um processo de reversão das economias latinas e que os recursos que deixariam de ser transferidos para o exterior não seriam suficientes para pagar o custo econômico e de confrontação social a curto prazo, que esta decisão acabaria produzindo.

A ameaça de moratória como proposta de negociação é válida, no seu entender, na medida em que um período indeterminado de suspensão dos pagamentos preocuparia os credores, pois o fluxo de recursos sofreria significativa baixa.

Para utilizarem este tipo de cartada na mesa de negociação com os credores, contudo, os devedores devem ter um alto grau de solidariedade, na opinião do economista uruguaio. Outro ponto a favor dos devedores, segundo Notaro, é a própria fragilidade do sistema financeiro internacional.

“Os credores não são tão fortes. Se os devedores pagassem apenas 40% de suas dívidas, dois dos maiores bancos credores cairiam em processo de insolvência, gerando forte convulsão financeira.”

Em sua conferência, o economista uruguaio destacou a necessidade de os países devedores discutirem a melhor maneira de continuar pagando os juros da dívida sem afetar o desenvolvimento interno e a qualidade de vida da população. Dentro desta perspectiva, pondera Notaro, os diversos países devedores devem evitar a total incapacidade de pagamento que levaria à adoção de uma política de medidas impostas pela própria condição de isolamento, levando à frustração das atividades competitivas, além de cortar a capacidade de desenvolvimento tecnológico.